

LEITE AZEDA NA LIBERAÇÃO DO PREÇO

Sebastião Teixeira Gomes¹

O que aconteceu recentemente com a liberação do preço do leite tipo C deixa duas importantes lições: a) Ainda que solicitando essa liberação há quarenta e cinco anos, o setor leiteiro não está preparado para administrar a liberação do preço do leite e b) É ilusório pensar que a liberação caminha sem o aval do Ministério de Economia.

No que se refere a desarticulação do setor leiteiro, ela foi materializada por reivindicações de taxas diferenciadas entre os diversos segmentos (produtor, usina, distribuidor e varejista) e também, por desentendimentos até mesmo dentro do segmento. Pessoas que antes estavam na mesma trincheira para criticar o Governo, agora se colocam em posições paralelas, senão opostas.

Quanto a participação do Ministério de Economia, ela se torna compulsória por três razões: 1) O Ministério tem poderes para suspender a portaria de liberação do preço do leite, caso o resultado dessa liberação comprometa seus objetivos; 2) Para atender aos programas sociais o Governo transformou-se no principal comprador de leite do País. Através do "ticket" a Secretaria da Ação Social compra em torno de 30% do leite pasteurizado do Brasil ou seja 1,2 bilhões de litros de leite por ano. Existem cooperativas que essa compra chega a 80% de sua venda e 3) As importações de leite em pó sempre representam uma ameaça à produção nacional, especialmente quando o leite importado é fortemente subsidiado no País de origem e ainda pode receber tratamento privilegiado das autoridades brasileiras.

Por tudo isso é ilusório pensar que atualmente existem condições para que o setor leiteiro determine o preço do leite e, simplesmente informe esse preço do Governo. Em outras palavras é ilusório pensar que o preço do leite será efetivamente liberado, no curto prazo. Talvez na próxima safra.

¹ Professor da UFV e consultor da EMBRAPA/CNPGL. Escrito em 27-07-90.

O que restou de todo esse complicado processo de liberação do preço do leite, é que o setor leiteiro está pagando um preço muito alto para garantir a liberação. Atualmente existe uma defasagem de 100% entre o preço recebido pelo produtor e o custo de produção. Os produtores solicitaram inicialmente, 39,45% de aumento, para cobrir o custo operacional. Depois reduziram o pedido para 33,5% de aumento e acabaram concordando com o aumento de 10%, sob a alegação de que é preferível perder muito agora do que fechar as portas da liberação.

Quanto ao futuro, dois aspectos parecem essenciais: Há necessidade de melhor articulação entre os diversos segmentos que compõem o setor leiteiro. Se o setor não se organizar jamais terá forças para, de fato, comandar a liberação do preço do leite. Já é de conhecimento popular que o Governo não administra pedidos e sim pressões e, só se faz pressão quando se está organizado.

O segundo aspecto essencial diz respeito a liberação parcial ser um degrau para a liberação total. Com a garantia de um preço mínimo ao produtor e de um preço máximo ao consumidor, estabelecem-se as condições necessárias para a consolidação da verdadeira economia de mercado.